

COMDEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2021/2023

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Reunião virtual via aplicativo Google Meet

DATA: 25/01/2023

Em vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três, em ambiente virtual via aplicativo Google Meet, às 14:03, horário da primeira convocação, com 21 conselheiros presentes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Ordinária, pela presidente Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, a qual deu início aos trabalhos de acordo com a pauta da reunião.

- 1. Aprovação Ata da 14ª RO realizada em 13/12/22** – A qual foi aprovada por unanimidade, **após a correção** da fala do conselheiro Robson que substituiu o texto *“Robson declara **aceitar** as ponderações e que o conselheiro pode recorrer e tirar as dúvidas”, para “Robson declara **respeitar** as ponderações e que o conselheiro pode recorrer e tirar as dúvidas.”*
- 2. Avisos da Mesa Diretora** – A presidente Sílvia deu ciência da resposta aos conselheiros da Moção de Apelo 01/2022 enviada pelo COMDEMA à CETESB. O documento informa que não há como garantir que a Agência Ambiental de Jundiáí receberá vagas para ampliação de seu quadro, já que o novo concurso público está em elaboração e que o quadro atual está condizente com o estabelecido em 2015. A conselheira Sabrina comenta que a resposta é preocupante, pois o quadro proposto em 2015 não atende mais aos serviços que a Companhia precisa prestar em Jundiáí atualmente. O conselheiro Wagner concorda que o quadro é estável, mas o trabalho aumentou. A conselheira Sabrina informa que anteriormente A Cetesb contava com funcionários terceirizados, hoje todos os atendimentos, até telefone e portaria, são de funcionários de carreira. Finalmente a conselheira sugere que aguardemos as mudanças que podem ser realizadas pela nova gestão, inclusive porque no site consta que o organograma passa por modificação. A presidente Sílvia analisa que a morosidade dos serviços prestado “deixa de prestar serviços e aumenta o risco de irregularidades”. O conselheiro Wagner sugere que **a resposta e a moção sejam enviadas ao Prefeito** para que os órgãos interessados tenham conhecimento da situação. A presidente Sílvia propõe enviar **também a Ministério Público do Meio Ambiente**, para além da ciência da situação, entendam porque certos problemas têm um tempo de resposta tão longo. O conselheiro Nivaldo pediu que a fala da Presidente sobre a morosidade seja incluída no ofício enviado aos órgãos e o conselheiro Flavio solicitou via chat que o ofício seja enviado em **cópia para o GAEMA** (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público).
- 3. Apresentação de Martim Ribeiro, Diretor de Mananciais DAE S/A Jundiáí Tema: Recursos Hídricos e as ações da DAE no município de Jundiáí** – O convidado apresentou inicialmente um panorama da água doce disponível no mundo, no Brasil, a situação do Estado de São Paulo considerando a disponibilidade mínima proposta pela ONU; falou sobre como a superfície de água reduz ao mesmo tempo que a população aumenta no Estado; apresentou as bacias que fornecem água e as de possível captação no futuro; apresentou dados demonstrando o déficit de nossa região e dependência que temos do Sistema Cantareira; apresentou uma análise da fragilidade de cada uma das bacias que do território de Jundiáí, principalmente

levando em conta a antropização; apresentou informações constantes do Programa de Gestão de Recursos Hídricos. Finalizou a apresentação afirmando que a água é um fator limitante ao desenvolvimento populacional e econômico de nosso Município e que a situação “confortável” não existe. Concluiu apresentando as ações em andamento: Plano Municipal de Recursos Hídricos; Estudo de Disponibilidade Hídrica Superficial e Subterrânea; Plano de Segurança Hídrica e Estudo de Água de Reuso. O sr. Martim disponibiliza seu contato aos conselheiros: tel. 4589-1366 e e-mail martim.ribeiro@daejudiai.com.br. A Presidente Sílvia agradeceu a apresentação e se disse muito preocupada com a situação. O conselheiro Flavio se diz também assustado, mas já há bastante tempo. Concorda com Martim em que a disponibilidade de água não é confortável. Para as bacias dos rios PCJ a disponibilidade é 450 L/segundo e do rio Jundiáí é de 280 L/segundo. Na década de 90 o engenheiro Milton Takeo já indicava que a vazão era de 200L/segundo na seca. Se o consumo é de 1.600 L/segundo e só temos 1.000 L/segundo, temos que importar água do Rio Atibaia. O que alguns políticos dizem sobre que temos água em Jundiáí para 50 anos, é falso, afirma o conselheiro Flávio. O conselheiro conclui dizendo que o ordenamento territorial tem sofrido muitas mudanças com os planos diretores e há muitos planos relativos ao assunto, mas que não estão sendo implementados. Pede então ao COMDEMA que exija os cronogramas dos planos já aprovados. A presidente Sílvia afirma que precisamos repensar o ordenamento territorial. Conta ainda que desde a época da presidência do sr. Domênico, o COMDEMA tem pedido atenção ao Prefeito sobre as novas licenças:

afirma que em cada emissão de licença retiramos um pouco do “saldo”, logo é preciso atentar sobre se há “saldo” para continuar. Finaliza dizendo que as campanhas de sensibilização junto aos usuários são imprescindíveis. O conselheiro Michel opina que se tivéssemos água acumulada, poderia também faltar tratamento a esta água, ao que o convidado sr. Martim, discorda dizendo que DAE possui capacidade instalada de tratamento superior à disponibilidade hídrica atual e que o aumento das outorgas de DAEE estão sendo cobradas. A conselheira Sílvia pergunta ao convidado sobre qual será a solução para a situação existente no bairro Retentém que está em regularização por FUMAS. A conselheira afirma que o bairro possui rede seca de captação de esgoto instalada por DAE, mas de fato existem muitas ligações clandestinas e o esgoto corre para o córrego da bacia do Jundiáí, que segundo a apresentação, era uma das bacias mais complicadas em termos de contaminação. O convidado afirma que não é bem sua área, mas que não pode regularizar saneamento em áreas de ocupação irregular e que há uma contestação na justiça da licitação da obra que iria atender toda a região do bairro Traviú, incluindo o Retentém, o que provocará demora para a solução do caso. O conselheiro Michel, que representa FUMAS, afirma que o Retentém se encontra em regularização, mas que não vão finalizar enquanto não houver ligação do esgoto, pois esta é uma exigência legal. O conselheiro Wagner e a conselheira Sabrina propõem como solução ao impasse, a implantação de solução alternativa coletiva (fossa coletiva) como medida emergencial para o caso. O conselheiro Jean concorda com a sugestão e combina com o convidado para tratarem posteriormente o tema, acionando também o responsável técnico da citada regularização. A conselheira Sabrina pergunta ao convidado se DAE já negou algum pedido de água e esgoto, ao que o convidado, sr. Martim, diz que sim, inclusive recentemente. No caso, foi sugerido ao empreendimento que reduzisse o número de unidades devido à impossibilidade de fornecimento da quantidade de água solicitada no projeto. A conselheira Sabrina conclui dizendo que nos casos em que DAE não puder atender, os projetos terão de incluir solução individual, deixando claro

que DAE não nega, apenas sugere outras formas. O convidado responde que esgoto seria possível em soluções individuais, como no caso do Retentém, e que outorgas para água podem ocorrer por meio de solicitação ao DAEE. Com relação às contrapartidas com plantio nas bacias, o convidado afirma que já possuímos o Programa Nascentes Jundiáí, ao que a conselheira Sabrina lembra da dificuldade que é garantir um banco de áreas e convencer os proprietários das terras. A conselheira Vânia fala da sua preocupação com as nascentes da Serra, que um levantamento precisa ser feito e que o COMDEMA precisa pensar como tratar as mudanças climáticas. Afirma também que as pessoas “compram a área como contrapartida”, mas que o prejuízo ambiental é da sociedade como um todo. A presidente Sílvia agradece ao convidado e também ao conselheiro Wagner por intermediar o convite. Antes de iniciar os itens da pauta sobre pareceres, o conselheiro Wagner pediu autorização para apresentar mais dois pareceres que surgiram após o envio da convocação. A presidente Sílvia concordou em incluir, se houvesse tempo, e os conselheiros não apresentaram objeção.

4. **Parecer da CTUOS referente a proc. 19.551/2013 sobre a manifestação de implantação de ciclovia na av. Luiz José Sereno, no bairro Eloy Chaves, no trecho da Serra do Japi** – O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer da CT aos conselheiros presentes. Informou que o processo já possuía parecer positivo do Conselho da Serra e a CTUOS do COMDEMA também é favorável, mas o processo deve voltar quando houver um projeto. O conselheiro Flávio manifestou-se dizendo que a ciclovia é importante, mas há absurdos em Jundiáí. Há o movimento “Pedala Jundiáí” que tem propostas e que questionou o local de implantação, na época da construção de trechos da ciclovia. Este local específico do processo, por exemplo, diz o conselheiro, as pessoas andam na rua, o volume de pessoas é muito grande, provavelmente irão usar a ciclovia para caminhar também. O conselheiro conta que o fluxo de pessoas em caminhada é tão grande que certa vez presenciou pessoas atacando um veículo que tentava trafegar no local. Considerando isso, o conselheiro questiona o gasto de uma EIV neste local, inclusive porque a ciclovia não teria interesse em mobilidade, apenas para passeio. O conselheiro Wagner alerta os conselheiros que se mandarmos o processo seguir, significa considerar a obra pertinente, pois não tem sentido enviar para gastar com um projeto que não será aprovado. O conselheiro Vitor concorda dizendo que a CT concordou com a ciclovia, apenas pede para conhecer o projeto quando for desenvolvido. A conselheira Sabrina pergunta se perderíamos o dinheiro se esta proposta do processo não for aceita. O conselheiro Wagner responde que não perderíamos o dinheiro. A conselheira fala então que acharia melhor destinar o recurso para a estrada parque. O conselheiro Wagner fala que há uma fila de projetos na Prefeitura para serem realizados com verbas de EIV. O conselheiro Flávio pergunta o que este EIV visa mitigar. O conselheiro Wagner informa que se trata de obra da empresa Queiroz Galvão. A presidente Sílvia também diz que acredita que a estrada parque seria um melhor destino para o recurso. O conselheiro Wagner comenta que ao sair de seu cargo anterior na Prefeitura, deixou a sugestão de que fosse contratada uma empresa para realizar o projeto da estrada parque. A presidente Sílvia comenta que nesta mesma RO vamos discutir o recapeamento em um trecho da Serra, mas o estudo para a estrada parque não foi feito. O conselheiro Wagner argumenta que a Lei Complementar 417/2004 já possui o conceito de estrada parque. O conselheiro Michel argumenta que a ciclovia do projeto em tela necessita ser revisada, pois trata-se de proposta de 2012, logo há necessidade de atualização. O parecer foi colocado em votação, tendo sido **aprovado o parecer da CT** com 11 votos a favor e 5 contra.

5. **Parecer da CTUOS referente a proc. 15.190/2018 sobre a solicitação e regularização das edificações do Uirapuru Country Club** – O conselheiro Vitor projetou e leu aos conselheiros o parecer em que a **CTUOS concorda** com a análise jurídica e com o parecer do CGSJ **sobre o pagamento em pecúnia como medida para minimizar as desconformidades ambientais**. O parecer foi aprovado por unanimidade.
6. **Parecer da CTUOS referente a proc. 12.729/2022 sobre a solicitação de diretriz para divisão de gleba** – O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer e explicou aos conselheiros que a solicitação é apenas de diretrizes, não se trata ainda de divisão da área. O parecer da CT conclui que concorda com a emissão de diretriz desde que o interessado cumpra as exigências ambientais apresentadas pelo técnico da UGPUMA e que comprove a vegetação nativa de ao menos 50% da área. O conselheiro Samuel pergunta o tamanho da área a ser dividida, ao que o conselheiro Vitor responde que se trata de 774.700 m², mas relembra que o processo não trata da divisão, apenas das diretrizes para uma futura divisão. A presidente colocou o parecer em votação, o qual foi **aprovado** com 18 votos a favor e uma abstenção.
7. **Parecer da CTUOS referente a proc. 14.801-2/2022 sobre a solicitação para recapeamento de trecho da Av. Eng. Tasso Pinheiro** – O conselheiro Vitor projetou e leu aos conselheiros o parecer. Após a apresentação, a conselheira Silvia manifestou-se ressaltando que o trecho em questão se localiza depois do viaduto da rodovia dos Bandeirantes, e que o trecho em pior estado, é o localizado entre a rodovia Anhanguera e o viaduto. A conselheira ressalta que o parecer ressalta o risco de acidentes de trânsito, mas no local não há nem se quer calçada para os pedestres, e que priorizar o trânsito rápido de veículos, não protege os transeuntes e animais. Completa dizendo que a estrada parque seria a solução ideal para o local. O conselheiro José do Café se manifesta, mas por problemas de transmissão de áudio durante sua fala, necessita ser reproduzida pelo conselheiro Caio. O conselheiro transmite então que o conselheiro José do Café acredita que o local já possui muitas lombadas, o que seria suficiente para evitar os acidentes por velocidade. Pelo chat o conselheiro José do Café se manifesta dizendo que no local não há acostamento. O conselheiro Wagner argumenta que após as obras de DAE e as chuvas do período, houve piora nas condições da via e que os moradores apresentaram um pedido de recapeamento. O conselheiro Samuel se manifestou dizendo que para a segurança das pessoas e dos animais é necessário manter as lombadas e sinalização aos motoristas. A conselheira Vânia declarou aos conselheiros que acompanhou a passagem de teiús nesta via e que um dos animais estava ferido por atropelamento. A conselheira acredita que a falta de educação dos motoristas causa acidentes, sendo que a falta de manutenção e lombadas não impediu o atropelamento. O parecer foi colocado **em votação e foi aprovado por unanimidade**. O conselheiro Wagner finaliza a discussão falando que no final, o caso cai na necessidade da estrada parque. A presidente Silvia concorda e diz que não é contra a conservação da via, mas que é totalmente favorável à implantação da estrada parque, do contrário, ficaremos sempre recapeando vias.
8. **Parecer da CTUOS referente a proc. 5.080-9/2003 sobre a solicitação para regularização fundiária de interesse específico** – O conselheiro Vitor projetou e leu o parecer informando que o loteamento em questão possui 20 lotes em área de quase 14.000 m² na avenida José Mezalira, não existe mata no terreno, mas há a APP do córrego Ponte Alta com um plantio feito por DAE S/A, cuja área será doada como ALUP. O **parecer** da CT é **favorável** à emissão de certidão ambiental para a

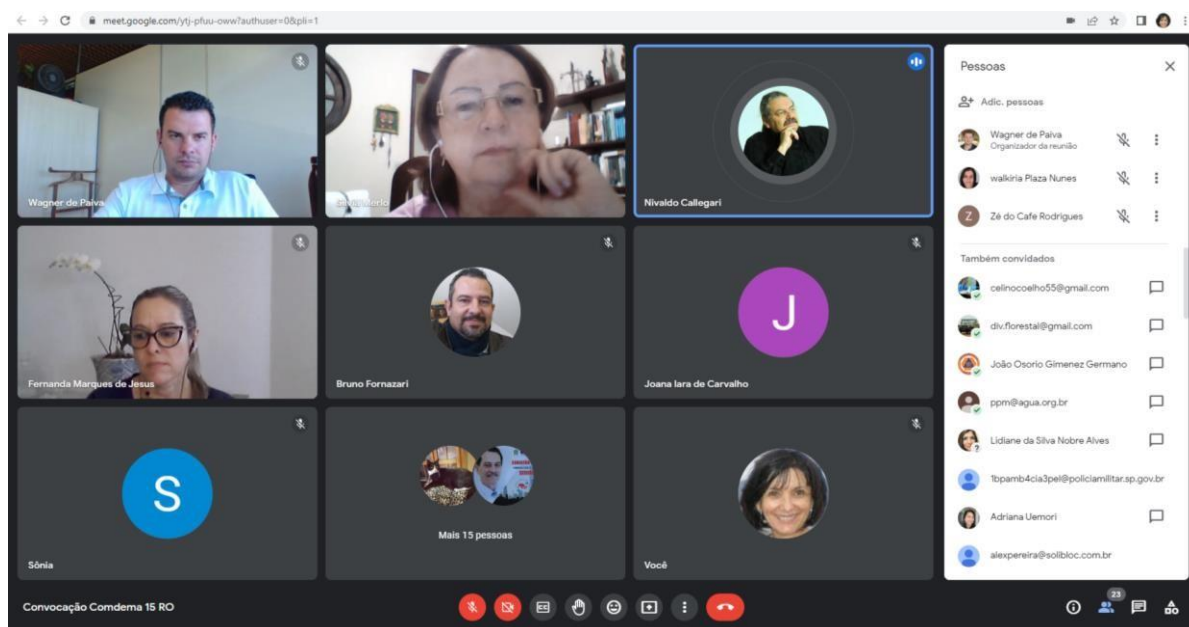
regularização, desde que os lotes não possam sofrer divisão posterior. O parecer foi aprovado por unanimidade.

9. **Outros assuntos** – O conselheiro Vítor distribuiu os processos para a **CTUOS: proc. 891/2022 de regularização fundiária; proc. 598/2022 de certidão de uso do solo; proc. 991/2022 de regularização fundiária**. A conselheira Vânia se manifestou dizendo que o caso do suposto ataque por onça não é verdade, que o sr. Alex da Defesa Civil de Cabreúva vai falar com o rapaz que se acidentou com a motocicleta, o qual assumiu que a história não é verdadeira. A conselheira pede também que se inclua uma pauta para estradas parque na próxima reunião. A presidente Silvia conclui a reunião às 17:05.

A secretária Silvia Santaella, lavrou a presente ata que leva como anexo imagens da reunião, a “Convocação da 15ª Reunião Ordinária” e a lista de presença. Esta reunião foi gravada com permissão dos conselheiros e acordo para que o material fosse usado apenas para apoiar os trabalhos de registro, sem divulgação pública do material.

Jundiaí, 25 de janeiro de 2023.

ANEXOS



MARTIM DE FRANCA SILVEIRA RIBEIRO está apresentando

Água em Jundiá

"ÁGUA É FATOR LIMITANTE AO DESENVOLVIMENTO POPULACIONAL E ECONÔMICO"

PREVISÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO PCJ

Aumento de 20m³ no consumo de água nos próximos 5 anos

AÇÕES

- * PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS
 - Repensar o ordenamento territorial
- * ESTUDO DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA
 - Capivari, Guapeva e Jundiá, Sistema Caxambu (Vetor Oeste)
 - Pouca água subterrânea: poços de 5 a 10m³/h
- * PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA
 - Pensar na água da nascente à entrega final ao consumidor
 - Ações de contingência e emergência em época de crise hídrica
- * ESTUDO DE ÁGUA DE REÚSO
 - CSJ Rio Jundiá, potenciais consumidores Industriais

dae
Jundiá

14:51 | Convocação Comdema 15 RO

MARTIM DE FRANCA SILVEIRA...
Wagner de Paula
Sônia
Bruno Fomazari
Rozemayne Moreira
Joana Iara de Carvalho
Fernando Almeida Mucoucah
Mais 20 pessoas
Você

Representantes da Sociedade Civil

Grupo	Entidade	Membro	Nome	Assinatura
Sindicato de Trabalhadores	1	tit.		
		Supl.		
	2	tit.		
		Supl.		
	3	tit.		
		Supl.		
	4	tit.		
		Supl.		
Sindicato Patronal	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	tit.	Liliana Capobianco Palhares	PRESENTE
		supl.		
	2	tit.		
		Supl.		
Entidades Comunitárias de Bairros	Associação de Moradores Fazenda Campo Verde	tit.	Fabio Pereira Campos Alves	
		supl.	Rafael de Godoi	

Associação de Moradores Terra Nova	tit.	José do Café Rodrigues	PRESENTE
	supl.	Rodrigo Pavan Rodrigues	
Associação dos Amigos dos bairros de Santa Clara, Vargem Grande, Cagassu e Paiol Velho	tit.	Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo	PRESENTE
	supl.	Eliana Carbonari Schiozer	
Associação de Moradores do Bairro do Caxambu e Região	tit.	Márcia Moraes Torolio	PRESENTE
	supl.		
5			

6			

Representantes da Sociedade Civil

Entidade	Membro	Nome	Assinatura
Demais Associações	tit.	Nivaldo José Calegari	PRESENTE
	supl.		
	tit.	Sabrina Olivato de Lucci	PRESENTE
	supl.	José Carlos de Souza	
	tit.	Celino Rodrigues Coelho	PRESENTE
	supl.	Ivair Sebastião Rodrigues	
	tit.	Graciela Silva Carvalho Testa	JUSTIFICOU
	supl.	Raquel Gomes Valli Honigmann	
	tit.	Samuel de Oliveira Nunes	PRESENTE
	supl.	Cristina Harumi Adania	
Organizações Não	tit.	Fernanda Marques Jesus Fernandes de Oliveira	PRESENTE

Governamentais		supl.	Alex Pereira Pinto	
	Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – Coati	tit.	Flávio Gramolelli Júnior	
		supl.	Caio Molena	PRESENTE
Escolas Particulares		tit.		
		Supl.		

Trabalhadores da área de Meio Ambiente

Entidade		Membro	Nome	Assinatura
Esfera Municipal	Unidade de Gestão de Promoção da Saúde – VISAM	tit.	Rafael Irineu Castelli	PRESENTE

	Unidade de Gestão de Promoção da Saúde – VISAM	supl.	Carlos Hitoshi Ozahata	*Aposentou-se
	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	tit.	Vitor Cesar Martins	PRESENTE
	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	supl.	Joana Iara de Carvalho	PRESENTE
	DAE S/A Agua e Esgoto	tit.	Carlos Eduardo Moraes Pereira	JUSTIFICOU
	DAE S/A Agua e Esgoto	supl.	Rosemeire Aparecida Moreira	PRESENTE
	UG Educação	tit.	Walkíria Plaza Nunes	PRESENTE
	UG Educação	supl.	Adriana Uemori	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	tit.	João Osório Gimenez Germano	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	supl.	Robson Teixeira Neves	PRESENTE
	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	tit.	Rudislei Santos	
	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	supl.	Anelise Marcos de Assumpção Padovani	
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	tit.	Simone Atique Branco	
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	supl.	Jean Michael Araújo Leinthier	PRESENTE

Esfera Estadual	Corpo de Bombeiros 19º GB	tit.	Oswaldo Julião Junior	
	Corpo de Bombeiros 19º GB	supl.	Flavio Medrado de Souza	
	Casa da Agricultura de Jundiá	tit.	Flávia Regina Pestana Tirlone	
	Casa da Agricultura de Jundiá	supl.	Bruno Ceneviva Fornazari	PRESENTE

Administração Pública Municipal e Administração Pública Estadual

Entidade		Membro	Nome	Assinatura
UGPUMA	Gestor UGPUMA	tit.	Sinéio Scarabello Filho	
	Departamento de Meio Ambiente	supl.	Wagner de Paiva	PRESENTE
UGPS	Vigilância Epidemiológica	tit.	Daniele Cristina Marques Texera	
		supl.	Mariana Freire Oliveira Martin da Silva	
DAE S/A – Água e Esgoto		tit.	Cristina Katsuco Okano	
		supl.	José Antônio Ferreira	PRESENTE
CIAS		tit.	Hélio Carletti Frigeri	
		supl.	Michele Camila Chinellato	PRESENTE
UGISP	Departamento Parques, Jardins e Praças	tit.	Fernando Almeida Muçouçah	PRESENTE
	Departamento Parques, Jardins e Praças	supl.	Renato Steck	
UGADS		tit.	Katsuscia Deldotti Almeida	
		supl.	Heloisa da Graça Buratti	
FSJ – UGAAT	Fundação Serra do Japi	tit.	Vania Plaza Nunes	PRESENTE
	Departamento de Agronegócio	supl.	Silvia Regina Reis Santaella	PRESENTE
Diretoria de Ensino		tit.	Elisabete Rocha Urtado	PRESENTE
		supl.	Carla Zanella Medeiros	
Polícia Florestal		tit.	José Augusto Bravo	
		supl.	Juliano Machado dos Passos	
Divisão de Engenharia Agrícola do IAC		tit.	Pedro SérgioPontes	JUSTIFICOU
		supl.	Sônia Elisabete Pereira	

Convidados

Entidade	Nome	Assinatura
PCJ	Rodrigo Mondine	PRESENTE
Guarda Florestal	Rodrigo Gustavo Lopes	PRESENTE
DAE S/A	Martim Ribeiro	PRESENTE
	Eduardo Paniguel	PRESENTE